

PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO Secretaria da Corregedoria Regional

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO

	ANO:	2022		
			•	
CORRE	GEDOR:	DESEMBARGADOR	GERALDO RODRIGUES DO NASCIMENTO	
TIPO DE C	TIPO DE CORREIÇÃO: ORDINÁRIA			
MODA	LIDADE:		SEMIPRESENCIAL	
		VARA DO TRA	BALHO DE PALMEIRAS DE GOIÁS	
UNIDADE CO	PRRECIONADA	POSTO A	E VANÇADO DE PIRES DO RIO	
	DA VARA DO TRABALHO AS DE GOIAS:		08/05/2018	
	DA VARA DO TRABALHO S DO RIO:	(Convertida em Post	18/01/2013 to Avançado em 08/05/2018 - RA 83/2017)	
JUIZ T	ITULAR:	CLEIDII	MAR CASTRO DE ALMEIDA	
TITULAI	R DESDE:		18/01/2013	
DATA DE INS	TALAÇÃO PJE:		18/01/2013	
PERÍODO CO	RRECIONADO:	1	°/11/2021 a 31/10/2022	
	EQUIF	PE CORRECIONAL		
SER	VIDOR		FUNÇÃO	
Cynthia Therez	a Bacelar Xavier	Diretora de Se	ecretaria da Corregedoria Regional	
Alisson Mo	ura Luduvice		Assistente	
José Fernando	Teixeira Mendes		Assistente	
Kátia Maria Salga	ado do Nascimento		Assistente	
Luana Carv	ralho Arantes		Assistente	
Nádia Maria Lo	opes dos Santos		Assistente	
Rodrigo Ribe	iro de Camargo		Assistente	

1 -DADOS ESTATÍSTICOS DA UNIDADE*

Item	MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL	2019	2020	2021	2022
1	Processos recebidos na fase de conhecimento	972	809	938	644
2	Processos solucionados na fase de conhecimento, incluídos os conciliados	1.185	528	825	812
3	Produção	122%	65%	88%	126%
4	Processos finalizados na fase de conhecimento	1.074	604	777	763
5	Processos pendentes de solução, na fase de conhecimento	264	540	677	512
6	Processos pendentes de finalização, na fase de conhecimento	646	805	1.000	885
7	Taxa de congestionamento, na 18ª Região, na fase de conhecimento	25%	44%	35%	33%
8	Taxa de congestionamento, na unidade, na fase de conhecimento	24%	53%	49%	44%
9	Taxa de congestionamento líquida, na 18ª Região, na fase de conhecimento	23%	42%	33%	32%
10	Taxa de congestionamento líquida, na unidade, na fase de conhecimento	23%	48%	48%	44%
11	Execuções iniciadas	120	114	191	174
12	Execuções encerradas	80	80	173	154
13	Execuções baixadas	78	84	186	157
14	Execuções pendentes de encerramento	144	109	183	209
15	Execuções pendentes de baixa	231	143	277	308
16	Execuções no arquivo provisório	88	38	101	108
17	Taxa de congestionamento, na 18ª Região, na fase de execução	67%	71%	67%	66%
18	Taxa de congestionamento, na unidade, na fase de execução	75%	63%	60%	66%
19	Taxa de congestionamento líquida, na 18ª Região, na fase de execução	45%	49%	40%	39%
20	Taxa de congestionamento líquida, na unidade, na fase de execução	61%	48%	37%	40%
21	Índice de conciliação da 18ª Região	50%	55%	51%	50%
22	Índice de conciliação da unidade	64%	51%	60%	46%

21	Índice de conciliação da 18ª Região	50%	55%	51%	50%
22	Índice de conciliação da unidade	64%	51%	60%	46%

^{*} Dados extraídos do sistema e-Gestão.

^{**} Dados do exercício 2022 referem-se aos meses de janeiro a outubro.

2 - ATIVIDADES DOS JUÍZES QUE ATUAM NA UNIDADE

2.1 - Juízes que atuam na unidade

Juiz Titular	CLEIDIMAR CASTRO DE ALMEIDA
--------------	-----------------------------

2.2 - Residência do Juiz Titular e Auxiliar fixo

O(A) Juiz(íza) Titular da Unidade, bem como o Auxiliar Fixo, se houver, residem nos limites territoriais de jurisdição da Vara (ou		NÃO
na Região Metropolitana)?	X	
Em caso de resposta negativa, qual o ato de autorização?		

^{*} Quadro preenchido segundo informação do Diretor de Secretaria.

2.3 - Assiduidade

2.3.1 - Dias da Semana em que são realizadas audiências na Vara do Trabalho*

Juiz	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Titular			X	X	X

^{*} Quadro preenchido segundo informação do Diretor de Secretaria.

2.3.2 - Dias da Semana em que são realizadas audiências no Posto Avançado*

Juiz	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Titular	Χ	X	X		

^{*} Quadro preenchido segundo informação do Diretor de Secretaria.

2.4 - Audiências

2.4.1 – Quantidade média de dias por semana em que há audiências:	3
---	---

2.4.2 – Havendo Juiz Auxiliar na Unidade, as audiências são	SIM	NÃO
realizadas pelos Juízes Titular e Auxiliar em semanas alternadas?	-	-
Forma de revezamento:		

2.4.3 - Procedimento adotado em audiências (una ou fracionada):

Rito	Una	Fracionada
Sumaríssimo		X
Ordinário		X

2.4.4 - Número de audiências realizadas:

Tipo de audiência	Média mensal
Audiências relativas a processos do rito Sumaríssimo	41
Audiências relativas a processos do rito Ordinário	32

^{*} Dado fornecido pelo Sistema e-Gestão.

2.4.5 - Conciliações

Procedimento	SIM	NÃO
São incluídos em pauta processos na fase de execução para tentativa de acordo?	Х	

2.5 - Despachos

Média mensal de despachos exarados	248
Processos aguardando despacho, nesta data, no prazo	11
Processos aguardando despacho, nesta data, fora do prazo	1

^{*} Dado apurado em 30/11/2022.

2.6 - Prolação de sentenças

2.6.1 – Média mensal de sentenças publicadas no período correcionado	35
--	----

^{*} Dado fornecido pelo Sistema e-Gestão.

2.6.2 - Prolação de sentenças líquidas

Juiz	SUM	ORD
Juiz Titular	-	-

2.6.3 - Número de processos pendentes aguardando julgamento

Tipo de decisão	Total	Fora do prazo
Sentença na fase de conhecimento	75	28
Sentença na fase executória	2	0
Embargos de declaração	6	0

^{*} Dados extraídos do sistema e-Gestão em 06.12.2022.

2.6.4 – Processos aguardando julgamento, com prazo acima do limite legal (art. 226, III, do CPC)

Número único do processo	Data da Conclusão	Atraso em Dias	Juiz	
00010384-64.2021.5.18.0291	12/5/2022	123	Cleidimar Castro De Almeida	
00010177-31.2022.5.18.0291	1/8/2022	61	Cleidimar Castro De Almeida	
00010605-47.2021.5.18.0291	12/8/2022	48	Cleidimar Castro De Almeida	
00010943-21.2021.5.18.0291	12/8/2022	48	Cleidimar Castro De Almeida	
00010961-42.2021.5.18.0291	15/8/2022	47	Cleidimar Castro De Almeida	
00010085-53.2022.5.18.0291	15/8/2022	47	Cleidimar Castro De Almeida	
00010091-60.2022.5.18.0291	17/8/2022	45	Cleidimar Castro De Almeida	
00010915-24.2019.5.18.0291	2/9/2022	41	Jeanne Karla Ribeiro E Bezerra	
00010264-84.2022.5.18.0291	25/8/2022	38	Cleidimar Castro De Almeida	
00010746-66.2021.5.18.0291	29/8/2022	38	Cleidimar Castro De Almeida	
00010333-53.2021.5.18.0291	29/8/2022	38	Cleidimar Castro De Almeida	
00010513-06.2020.5.18.0291	23/9/2022	19	Cleidimar Castro De Almeida	
00010444-37.2021.5.18.0291	23/9/2022	19	Cleidimar Castro De Almeida	
00010570-87.2021.5.18.0291	23/9/2022	19	Cleidimar Castro De Almeida	
00010267-39.2022.5.18.0291	23/9/2022	19	Cleidimar Castro De Almeida	
00010160-92.2022.5.18.0291	3/10/2022	13	Cleidimar Castro De Almeida	
00010121-95.2022.5.18.0291	3/10/2022	13	Cleidimar Castro De Almeida	
00010451-92.2022.5.18.0291	7/10/2022	7	Cleidimar Castro De Almeida	
00010089-90.2022.5.18.0291	7/10/2022	7	Cleidimar Castro De Almeida	
00010632-30.2021.5.18.0291	7/10/2022	7	Cleidimar Castro De Almeida	
00010999-54.2021.5.18.0291	7/10/2022	7	Cleidimar Castro De Almeida	
00010411-47.2021.5.18.0291	7/10/2022	7	Cleidimar Castro De Almeida	
00010110-66.2022.5.18.0291	9/10/2022	7	Cleidimar Castro De Almeida	
00010035-27.2022.5.18.0291	9/10/2022	7	Cleidimar Castro De Almeida	
00010034-42.2022.5.18.0291	9/10/2022	7	Cleidimar Castro De Almeida	
00010033-57.2022.5.18.0291	9/10/2022	7	Cleidimar Castro De Almeida	
00011008-84.2019.5.18.0291	13/10/2022	4	Cleidimar Castro De Almeida	
00010133-12.2022.5.18.0291	15/10/2022	3	Cleidimar Castro De Almeida	
TOTAL DE SENTENÇAS PENDE	NTES FORA DO	PRAZO	28	
* Dados extraídos do sistema PowerBi em 06.	Dados extraídos do sistema PowerBi em 06.12.2022			

3 – PRAZOS MÉDIOS DA UNIDADE*

3.1 - Entrega da prestação jurisdicional

PW.	Prazo médio	
Rito	Na última visita correcional**	No período correcionado
Sumaríssimo (Art. 852-H, § 7º, da CLT – 30 dias)	113	288
Ordinário	232	372

3.2 - Prazo médio (em dias) para prolação de sentenças na fase de conhecimento

	Prazo médio	
Rito	Na última visita correcional**	No período correcionado
Sumaríssimo	9	39
Ordinário	17	45

3.3 – Prazo médio para prolação de sentenças da fase	Na última visita correcional**	No período correcionado
executória	0	0

3.4 – Prazo médio (em dias) para exarar despachos	Na última visita correcional**	No período correcionado
,,,	2	1

3.5 - Prazos da Secretaria

Ato processual	Na última visita correcional**	No período correcionado
Cumprimento de despachos e outros atos judiciais	1	2
Cumprimento de diligências pelos oficiais de justiça	8	3

3.6 - Prazo médio para audiências (iniciais ou unas):

D#4	Prazo médio	
Rito	Na última visita correcional **	No período correcionado
Sumaríssimo	81	123
Ordinário	105	142

^{*} Dados fornecidos pelo sistema e-Gestão.

 $^{^{\}star}$ A última visita correcional foi realizada em 29/09/2021 e foram considerados os dados estatísticos do período compreendido entre 1º/09/2020 e 31/08/2021.

4 - SECRETARIA DA VARA DO TRABALHO

4.1 - Estrutura da Secretaria

4.1.1 - Quadro de Pessoal da Vara do Trabalho de Palmeiras de Goiás

Nome	Função	Situação
Adelvair Alves Da Costa	Diretor de Secretaria	Efetivo
Mariana Rodrigues Lemes Alves	Assistente	Efetiva
Ana Carolina Woronkoff Da Mata Gomes	Secretário de Audiência	Efetiva
Karla Gonçalves Cavalcante	-	Efetiva
Jussara Balta Ferreira	Assistente de Juiz	Efetiva
Danyllo Dayan Rodrigues De Moraes	Assistente de Diretor de Secretaria	Cedido Municipal
Flávio De Jesus Loiola	Oficial de Justiça	Efetivo

4.1.2 - Quadro de Pessoal do Posto Avançado de Pires do Rio

Narah Nayanne Alves Martins	Diretor de Posto Avançado	Efetiva
Silvana Reis de Mendonça Ribeiro	Secretário de Audiência	Efetiva
Aline Bandeira	-	Efetiva
Antônio Coelho de Oliveira Filho	Oficial de Justiça	Efetivo
Ludimila da Costa	-	Efetiva

^{*} A unidade não possui claro de lotação.

4.1.3 - Recursos tecnológicos da VT de Palmeiras de Goiás

Equipamento	Quantidade
Computadores	10
Notebooks	3
Impressoras	1
Multifuncionais	1
Fax	0
Digitalizadora	0
Leitores óticos	0

4.1.4 - Recursos tecnológicos do Posto Avançado de Pires do Rio

Equipamento	Quantidade
Computadores	10
Notebooks	2
Impressoras	1
Multifuncionais	1
Fax	0
Digitalizadora	0
Leitores óticos	0

4.2 – Gestão ambiental

4.2 – Gestao ambientai	
Ações de preservação e recuperação	Desenvolvidas
Conscientização quanto ao consumo racional de água, a fim de evitar desperdícios	x
Consumo racional de energia elétrica	X
Utilização do correio eletrônico, malote digital e mensagens instantâneas em softwares homologados pelo tribunal em substituição à correspondência impressa	
Impressão de documentos utilizando, sempre que possível, a frente e o verso do papel	x
Aproveitamento de papel usado como rascunho	X
Utilização de copos/xícaras de vidro/louça (pelo público interno) em lugar dos descartáveis	x
Separação e coleta seletiva do lixo produzido pela Unidade	
Plantio de árvores/arbustos e preservação dos recursos vegetais existentes	

5 - PROCEDIMENTOS ADOTADOS PELA UNIDADE 5.1 - VARA DO TRABALHO DE PALMEIRAS DE GOIÁS

Item	Procedimento	Sim	Não	OBSERVAÇÕES
1	A Unidade realiza, no sistema PJe-JT, o lançamento correto dos movimentos, visando alimentar corretamente a ferramenta e-Gestão, como, por exemplo: solução, liquidação iniciada, liquidação encerrada, execução iniciada, execução suspensa, execução encerrada e arquivamento, de maneira a retratar com exatidão as informações relativas à unidade e aos magistrados, conforme, inclusive, o teor do Ofício Circular nº 05/2014/TRT18-SCR e o art. 49 do PGC? Em caso de não atendimento ou atendimento parcial, apresentar justificativa.	X		
2	A Unidade procede à correção/lançamento dos movimentos no sistema informatizado PJe-JT, conforme constatado nas correições permanentes realizadas no período correcionado?	Х		
3	A Unidade confere os dados cadastrais preenchidos pelas partes no sistema PJe-JT, conforme disposto no artigo 19, parágrafo 3º da Resolução CSJT nº 185/2017?	Х		
4	A Unidade procede à extinção do processo, sem resolução do mérito, em razão de divergência entre os dados informados pelo autor da ação no PJe-JT e a petição inicial (Resolução CSJT nº 185/2017)?		x	
5	A Secretaria da Vara procede ao lançamento, imediatamente após a ocorrência, dos valores de custas e recolhimentos fiscais e previdenciários, inclusive das custas recolhidas quando da interposição de recursos ordinários, bem como os valores pagos em acordo ou execução, nos termos do artigo 163 do PGC?	Х		

6	É cumprido o procedimento regulamentado no Ofício Circular SCJ nº 83/2009, de 27/05/2009, quanto ao preenchimento e à juntada aos autos da certidão de verificação das condições de arquivamento (check list), indicando o prazo de guarda dos autos e possibilitando a futura eliminação dos autos sem a necessidade de nova conferência?	Х		
7	A Unidade realiza a intimação do MPT da designação da audiência, bem como das sentenças prolatadas e acordos homologados, nas ações em que figuram como partes ou intervenientes pessoa idosa ou menor (artigo 346 do PGC)?	Х		
8	A remessa de processos ao TRT em virtude da interposição de recursos é precedida de decisão de admissibilidade que analisa de forma explícita os pressupostos recursais?	Х		
9	A remessa de processos ao TRT em virtude da interposição de recursos é precedida de termo de remessa, conforme disposto no artigo 128 do PGC?	Х		
10	A Unidade possui Núcleo Permanente de Conciliação? Em caso afirmativo indicar o ato normativo que o instituiu.		х	
11	Para qual mês a Unidade está marcando audiências iniciais e de instrução? Informar as datas conforme os ritos.			As audiências iniciais e de instrução estão sendo designadas para março/2023 em ambos os ritos.
12	A Unidade designa audiência de encerramento da instrução quando não houver mais provas a serem produzidas? (Provimento SCR nº 2/2016)		X	
13	Nas sentenças e decisões homologatórias de acordo proferidas pelo Juízo estão consignadas as orientações acerca das obrigações previdenciárias, especialmente quanto à necessidade de entrega da GFIP, conforme disposto no artigo 81 do PGC?	Х		Parcialmente.

			,
14	A Unidade adota o procedimento previsto no artigo 86, parágrafo 3º do PGC, no sentido de encaminhar à Procuradoria Federal em Goiás, e para o TST, por meio eletrônico, cópia da sentença que reconheça conduta culposa do empregador em acidente de trabalho, a fim de subsidiar eventual ajuizamento de ação regressiva?	X	
15	A Secretaria da Vara expede, após o trânsito em julgado, os ofícios determinados nas sentenças? Em caso afirmativo, o envio é feito por mensagem eletrônica?	Х	
16	A intimação do órgão representativo da União, relativamente aos acordos homologados, quando não dispensada nos termos do artigo 175 do PGC, são feitas após o vencimento da avença, conforme previsto no artigo 174 do mesmo diploma normativo?	X	
17	A Unidade obedece ao disposto no artigo 179 do PGC, no sentido de utilizar todos os meios à disposição do Juízo para a constrição de bens nas execuções de crédito previdenciário, cujo valor ultrapasse o piso estabelecido pela Portaria MPS nº 1293/2005 (R\$ 120,00)?	Х	
18	A Secretaria da Vara, havendo depósito nos autos, procede ao recolhimento da contribuição previdenciária em guia GPS, preenchida com o código 2801 ou 2909, e intima a empresa para a apresentação da GFIP no prazo de 15 dias, sob pena de expedição do ofício à Secretaria da Receita Federal? (parágrafo 5º do artigo 177 do PGC).	Х	
19	A Secretaria da Vara expede ofício à Secretaria da Receita Federal, nos casos em que o reclamado não comprova o envio da GFIP, conforme disposto no artigo 177, parágrafo 6º do PGC?	Х	
20	O Juiz inclui em pauta os processos na fase de execução para tentativa de acordo, nos termos do artigo 1º, alínea "j" da Recomendação nº 2/2011 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho? (indicar no campo "observações" com qual frequência: semanal, quinzenal ou mensal)	Х	

21	Nos casos em que a decisão for líquida ou quando o valor da conta for inequivocamente superior ao do depósito recursal, a Unidade procede à liberação do depósito recursal, independente de requerimento da parte, imediatamente após o trânsito em julgado da sentença, nos termos do artigo 195 do PGC?	х		
22	A Secretaria da Vara procede à intimação do credor com garantia real acerca da realização de praça de bem imóvel, conforme disposto no parágrafo único do artigo 207 do PGC?	х		
23	O Juízo procede à inclusão do SÓCIO no polo passivo da execução APÓS a decisão final do incidente de desconsideração da personalidade jurídica (artigo 855-A da CLT e artigos 133 a 137 do CPC)?	x		
24	Nos editais de citação, das execuções fiscais, a Unidade inclui os números das Certidões de Dívida Ativa (CDA's), as datas de inscrição, além do prazo de 30 dias para publicidade, conforme o disposto no artigo 8°, IV, da Lei nº 6.830/80 e 183 do PGC?	x		
25	Todas as publicações referentes às ações de execução fiscal contêm os números das Certidões de Dívida Ativa (CDA's) relacionadas ao processo?	Х		
26	A Unidade possui servidores atuando em regime de teletrabalho? Em caso afirmativo, indicar o nome de cada servidor, o ato normativo (Portaria) que o designou para trabalhar nesta situação, as atividades por ele desempenhadas e se está em estágio probatório. (RA nº 160/2016)	Х		- JUSSARA BALTA FERREIRA – PA 12416/2015 e - MARIANA RODRIGUES LEMES ALVES – PA 18813/2018.
27	O Juiz, sempre que possível, profere sentenças condenatórias líquidas, conforme disposto no artigo 1º da Recomendação 04/2018 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho?		х	

5 – PROCEDIMENTOS ADOTADOS PELA UNIDADE 5.2 – POSTO AVANÇADO DE PIRES DO RIO

Item	Procedimento	Sim	Não	OBSERVAÇÕES
1	A Unidade realiza, no sistema PJe-JT, o lançamento correto dos movimentos, visando alimentar corretamente a ferramenta e-Gestão, como, por exemplo: solução, liquidação iniciada, liquidação encerrada, execução iniciada, execução suspensa, execução encerrada e arquivamento, de maneira a retratar com exatidão as informações relativas à unidade e aos magistrados, conforme, inclusive, o teor do Ofício Circular nº 05/2014/TRT18-SCR e o art. 49 do PGC? Em caso de não atendimento ou atendimento parcial, apresentar justificativa.	X		
2	A Unidade procede à correção/lançamento dos movimentos no sistema informatizado PJe-JT, conforme constatado nas correições permanentes realizadas no período correcionado?	X		
3	A Unidade confere os dados cadastrais preenchidos pelas partes no sistema PJe-JT, conforme disposto no artigo 19, parágrafo 3º da Resolução CSJT nº 185/2017?	Х		
4	A Unidade procede à extinção do processo, sem resolução do mérito, em razão de divergência entre os dados informados pelo autor da ação no PJe-JT e a petição inicial (Resolução CSJT nº 185/2017)?		x	
5	A Secretaria da Vara procede ao lançamento, imediatamente após a ocorrência, dos valores de custas e recolhimentos fiscais e previdenciários, inclusive das custas recolhidas quando da interposição de recursos ordinários, bem como os valores pagos em acordo ou execução, nos termos do artigo 163 do PGC?	Х		

regulamentado no Ofício Circular SCJ nº 83/2009, de 27/05/2009, quanto ao preenchimento e à juntada aos autos da certidão de verificação das condições de arquivamento (check list), indicando o prazo de guarda dos autos e possibilitando a futura eliminação dos			
designação da audiência, bem como das sentenças prolatadas e acordos homologados, nas ações em que figuram	×		
virtude da interposição de recursos é precedida de decisão de admissibilidade			
virtude da interposição de recursos é			
		X	
			As audiências iniciais e de instrução estão sendo designadas para janeiro/2023 em ambos os ritos.
encerramento da instrução quando não	-	-	
de acordo proferidas pelo Juízo estão consignadas as orientações acerca das obrigações previdenciárias, especialmente quanto à necessidade de	Х		Parcialmente.
	regulamentado no Ofício Circular SCJ nº 83/2009, de 27/05/2009, quanto ao preenchimento e à juntada aos autos da certidão de verificação das condições de arquivamento (check list), indicando o prazo de guarda dos autos e possibilitando a futura eliminação dos autos sem a necessidade de nova conferência? A Unidade realiza a intimação do MPT da designação da audiência, bem como das sentenças prolatadas e acordos homologados, nas ações em que figuram como partes ou intervenientes pessoa idosa ou menor (artigo 346 do PGC)? A remessa de processos ao TRT em virtude da interposição de recursos é precedida de decisão de admissibilidade que analisa de forma explícita os pressupostos recursais? A remessa de processos ao TRT em virtude da interposição de recursos é precedida de termo de remessa, conforme disposto no artigo 128 do PGC? A Unidade possui Núcleo Permanente de Conciliação? Em caso afirmativo indicar o ato normativo que o instituiu. Para qual mês a Unidade está marcando audiências iniciais e de instrução? Informar as datas conforme os ritos. A Unidade designa audiência de encerramento da instrução quando não houver mais provas a serem produzidas? (Provimento SCR nº 2/2016) Nas sentenças e decisões homologatórias de acordo proferidas pelo Juízo estão consignadas as orientações accerca das obrigações previdenciárias, especialmente quanto à necessidade de entrega da GFIP, conforme disposto no	regulamentado no Ofício Circular SCJ nº 83/2009, de 27/05/2009, quanto ao preenchimento e à juntada aos autos da certidão de verificação das condições de arquivamento (check list), indicando o prazo de guarda dos autos e possibilitando a futura eliminação dos autos sem a necessidade de nova conferência? A Unidade realiza a intimação do MPT da designação da audiência, bem como das sentenças prolatadas e acordos homologados, nas ações em que figuram como partes ou intervenientes pessoa idosa ou menor (artigo 346 do PGC)? A remessa de processos ao TRT em virtude da interposição de recursos é precedida de decisão de admissibilidade que analisa de forma explícita os pressupostos recursais? A remessa de processos ao TRT em virtude da interposição de recursos é precedida de termo de remessa, conforme disposto no artigo 128 do PGC? A Unidade possui Núcleo Permanente de Conciliação? Em caso afirmativo indicar o ato normativo que o instituiu. Para qual mês a Unidade está marcando audiências iniciais e de instrução? Informar as datas conforme os ritos. A Unidade designa audiência de encerramento da instrução quando não houver mais provas a serem produzidas? (Provimento SCR nº 2/2016) Nas sentenças e decisões homologatórias de acordo proferidas pelo Juízo estão consignadas as orientações acerca das obrigações previdenciárias, especialmente quanto à necessidade de entrega da GFIP, conforme disposto no	regulamentado no Oficio Circular SCJ nº 83/2009, de 27/05/2009, quanto ao preenchimento e à juntada aos autos da certidão de verificação das condições de arquivamento (check list), indicando o prazo de guarda dos autos e possibilitando a futura eliminação dos autos sem a necessidade de nova conferência? A Unidade realiza a intimação do MPT da designação da audiência, bem como das sentenças prolatadas e acordos homologados, nas ações em que figuram como partes ou intervenientes pessoa idosa ou menor (artigo 346 do PGC)? A remessa de processos ao TRT em virtude da interposição de recursos é precedida de decisão de admissibilidade que analisa de forma explícita os pressupostos recursais? A remessa de processos ao TRT em virtude da interposição de recursos é precedida de termo de remessa, conforme disposto no artigo 128 do PGC? A Unidade possui Núcleo Permanente de Conciliação? Em caso afirmativo indicar o ato normativo que o instituiu. Para qual mês a Unidade está marcando audiências iniciais e de instrução? Informar as datas conforme os ritos. A Unidade designa audiência de encerramento da instrução quando não houver mais provas a serem produzidas? (Provimento SCR nº 2/2016) Nas sentenças e decisões homologatórias de acordo proferidas pelo Juízo estão consignadas as orientações acerca das obrigações previdenciárias, especialmente quanto à necessidade de entrega da GFIP, conforme disposto no

14	A Unidade adota o procedimento previsto no artigo 86, parágrafo 3º do PGC, no sentido de encaminhar à Procuradoria Federal em Goiás, e para o TST, por meio eletrônico, cópia da sentença que reconheça conduta culposa do empregador em acidente de trabalho, a fim de subsidiar eventual ajuizamento de ação regressiva?	x	
15	A Secretaria da Vara expede, após o trânsito em julgado, os ofícios determinados nas sentenças? Em caso afirmativo, o envio é feito por mensagem eletrônica?	X	
16	A intimação do órgão representativo da União, relativamente aos acordos homologados, quando não dispensada nos termos do artigo 175 do PGC, são feitas após o vencimento da avença, conforme previsto no artigo 174 do mesmo diploma normativo?	X	
17	A Unidade obedece ao disposto no artigo 179 do PGC, no sentido de utilizar todos os meios à disposição do Juízo para a constrição de bens nas execuções de crédito previdenciário, cujo valor ultrapasse o piso estabelecido pela Portaria MPS nº 1293/2005 (R\$ 120,00)?	X	
18	A Secretaria da Vara, havendo depósito nos autos, procede ao recolhimento da contribuição previdenciária em guia GPS, preenchida com o código 2801 ou 2909, e intima a empresa para a apresentação da GFIP no prazo de 15 dias, sob pena de expedição do ofício à Secretaria da Receita Federal? (parágrafo 5º do artigo 177 do PGC).	x	Parcialmente.
19	A Secretaria da Vara expede ofício à Secretaria da Receita Federal, nos casos em que o reclamado não comprova o envio da GFIP, conforme disposto no artigo 177, parágrafo 6º do PGC?	X	
20	O Juiz inclui em pauta os processos na fase de execução para tentativa de acordo, nos termos do artigo 1º, alínea "j" da Recomendação nº 2/2011 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho? (indicar no campo "observações" com qual frequência: semanal, quinzenal ou mensal)	x	

Nos casos em que a decisão for líquida ou quando o valor da conta for inequivocamente superior ao do depósito recursal, a Unidade procede à liberação do depósito recursal, independente de requerimento da parte, imediatamente após o trânsito em julgado da sentença, nos termos do artigo 195 do PGC?	X		
A Secretaria da Vara procede à intimação do credor com garantia real acerca da realização de praça de bem imóvel, conforme disposto no parágrafo único do artigo 207 do PGC?			
O Juízo procede à inclusão do SÓCIO no polo passivo da execução APÓS a decisão final do incidente de desconsideração da personalidade jurídica (artigo 855-A da CLT e artigos 133 a 137 do CPC)?			
Nos editais de citação, das execuções fiscais, a Unidade inclui os números das Certidões de Dívida Ativa (CDA's), as datas de inscrição, além do prazo de 30 dias para publicidade, conforme o disposto no artigo 8°, IV, da Lei n° 6.830/80 e 183 do PGC?			
Todas as publicações referentes às ações de execução fiscal contêm os números das Certidões de Dívida Ativa (CDA's) relacionadas ao processo?	x		
A Unidade possui servidores atuando em regime de teletrabalho? Em caso afirmativo, indicar o nome de cada servidor, o ato normativo (Portaria) que o designou para trabalhar nesta situação, as atividades por ele desempenhadas e se está em estágio probatório. (RA nº 160/2016)		X	
O Juiz, sempre que possível, profere sentenças condenatórias líquidas, conforme disposto no artigo 1º da Recomendação 04/2018 da Corregedoria- Geral da Justiça do Trabalho?		х	
	quando o valor da conta for inequivocamente superior ao do depósito recursal, a Unidade procede à liberação do depósito recursal, independente de requerimento da parte, imediatamente após o trânsito em julgado da sentença, nos termos do artigo 195 do PGC? A Secretaria da Vara procede à intimação do credor com garantia real acerca da realização de praça de bem imóvel, conforme disposto no parágrafo único do artigo 207 do PGC? O Juízo procede à inclusão do SÓCIO no polo passivo da execução APÓS a decisão final do incidente de desconsideração da personalidade jurídica (artigo 855-A da CLT e artigos 133 a 137 do CPC)? Nos editais de citação, das execuções fiscais, a Unidade inclui os números das Certidões de Dívida Ativa (CDA's), as datas de inscrição, além do prazo de 30 dias para publicidade, conforme o disposto no artigo 8º, IV, da Lei nº 6.830/80 e 183 do PGC? Todas as publicações referentes às ações de execução fiscal contêm os números das Certidões de Dívida Ativa (CDA's) relacionadas ao processo? A Unidade possui servidores atuando em regime de teletrabalho? Em caso afirmativo, indicar o nome de cada servidor, o ato normativo (Portaria) que o designou para trabalhar nesta situação, as atividades por ele desempenhadas e se está em estágio probatório. (RA nº 160/2016) O Juiz, sempre que possível, profere sentenças condenatórias líquidas, conforme disposto no artigo 1º da Recomendação 04/2018 da Corregedoria-	quando o valor da conta for inequivocamente superior ao do depósito recursal, a Unidade procede à liberação do depósito recursal, independente de requerimento da parte, imediatamente após o trânsito em julgado da sentença, nos termos do artigo 195 do PGC? A Secretaria da Vara procede à intimação do credor com garantia real acerca da realização de praça de bem imóvel, conforme disposto no parágrafo único do artigo 207 do PGC? O Juízo procede à inclusão do SÓCIO no polo passivo da execução APÓS a decisão final do incidente de desconsideração da personalidade jurídica (artigo 855-A da CLT e artigos 133 a 137 do CPC)? Nos editais de citação, das execuções fiscais, a Unidade inclui os números das Certidões de Dívida Ativa (CDA's), as datas de inscrição, além do prazo de 30 dias para publicidade, conforme o disposto no artigo 8°, IV, da Lei nº 6.830/80 e 183 do PGC? Todas as publicações referentes às ações de execução fiscal contêm os números das Certidões de Dívida Ativa (CDA's) relacionadas ao processo? A Unidade possui servidores atuando em regime de teletrabalho? Em caso afirmativo, indicar o nome de cada servidor, o ato normativo (Portaria) que o designou para trabalhar nesta situação, as atividades por ele desempenhadas e se está em estágio probatório. (RA nº 160/2016) O Juiz, sempre que possível, profere sentenças condenatórias líquidas, conforme disposto no artigo 1º da Recomendação 04/2018 da Corregedoria-	quando o valor da conta for inequivocamente superior ao do depósito recursal, a Unidade procede à liberação do depósito recursal, independente de requerimento da parte, imediatamente após o trânsito em julgado da sentença, nos termos do artigo 195 do PGC? A Secretaria da Vara procede à intimação do credor com garantia real acerca da realização de praça de bem imóvel, conforme disposto no parágrafo único do artigo 207 do PGC? O Juízo procede à inclusão do SÓCIO no polo passivo da execução APÓS a decisão final do incidente de desconsideração da personalidade jurídica (artigo 855-A da CLT e artigos 133 a 137 do CPC)? Nos editais de citação, das execuções fiscais, a Unidade inclui os números das Certidões de Dívida Ativa (CDA's), as datas de inscrição, além do prazo de 30 dias para publicidade, conforme o disposto no artigo 8°, IV, da Lei n° 6.830/80 e 183 do PGC? Todas as publicações referentes às ações de execução fiscal contêm os números das Certidões de Dívida Ativa (CDA's) relacionadas ao processo? A Unidade possui servidores atuando em regime de teletrabalho? Em caso afirmativo, indicar o nome de cada servidor, o ato normativo (Portaria) que o designou para trabalhar nesta situação, as atividades por ele desempenhadas e se está em estágio probatório. (RA nº 160/2016) O Juiz, sempre que possível, profere sentenças condenatórias líquidas, conforme disposto no artigo 1º da Recomendação 04/2018 da Corregedoria-

6 - CONVÊNIOS

6.1 – VARA DO TRABALHO DE PALMEIRAS DE GOIÁS

CONVÊNIO	UTILIZA independentemente de solicitação da parte	UTILIZA mediante solicitação da parte	NÃO UTILIZA
SISBAJUD	Х		
RENAJUD/DETRANET	Х		
INFOJUD		X	
CENTRAL NACIONAL DE INDISPONIBILIDADE- CNIB		Х	
CONECTIVIDADE/CEF	Х		
CONVÊNIO DE ACESSO AOS SALDOS E EXTRATOS DE CONTAS JUDICIAIS NA CEF	Х		
CCS-CADASTRO DE CLIENTES DE SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL		Х	

6.2 – POSTO AVANÇADO DE PIRES DO RIO

CONVÊNIO	UTILIZA independentemente de solicitação da parte	UTILIZA mediante solicitação da parte	NÃO UTILIZA
SISBAJUD	Х		
RENAJUD/DETRANET	X		
INFOJUD		Х	
CENTRAL NACIONAL DE INDISPONIBILIDADE- CNIB		Х	
CONECTIVIDADE/CEF	х		
CONVÊNIO DE ACESSO AOS SALDOS E EXTRATOS DE CONTAS JUDICIAIS NA CEF	х		
CCS-CADASTRO DE CLIENTES DE SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL		Х	

7 – RESULTADO DO TRABALHO DE INSPEÇÃO CORREICIONAL 7.1 – VARA DO TRABALHO DE PALMEIRAS DE GOIÁS

7.1.1 – Cumprimento das recomendações constantes da Ata de Correição do exercicio anterior

anterior	Cumpriu?		
Recomendação	SIM	NÃO	Observações
7.1.1.1 - A observância das disposições contidas no artigo 81 do PGC, fazendo constar nas decisões condenatórias de pessoa jurídica, além dos esclarecimentos acerca da importância do cumprimento das obrigações previdenciárias, da necessidade de envio de informações à Previdência Social, da possibilidade de parcelamento do débito junto à Secretaria da Receita Federal, bem como a determinação para que seja comprovada nos autos a entrega da GFIP e a advertência expressa de que o descumprimento da referida obrigação sujeitará o infrator à pena de multa e demais sanções administrativas nos termos do inciso II do supracitado artigo (item 7.2.1 – 4 do Relatório de Correição);		X	
7.1.1.2 - A observância à RECOMENDAÇÃO Nº 4/2018 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, que dispõe acerca da prolação de decisões líquidas na fase de conhecimento, visando dar maior agilidade à fase de execução (item 7.2.1 – 6 do Relatório de Correição);		Х	
7.1.1.3 - A redução dos prazos médios de entrega da prestação jurisdicional nos processos submetidos aos ritos sumaríssimo e ordinário, apurados em 101 e 259 dias, respectivamente, nesta visita correcional, para patamares inferiores àqueles fixados pela Corregedoria Regional (90 dias para o sumaríssimo e 180 dias para o ordinário). A adoção das medidas recomendadas nos itens 5.2 e 5.3 desta ata certamente contribuirão para o atendimento desta recomendação.		X	

7 – RESULTADO DO TRABALHO DE INSPEÇÃO CORREICIONAL 7.2 – POSTO AVANÇADO DE PIRES DO RIO

7.2.1 – Cumprimento das recomendações constantes da ata de correição do exercicio anterior

Recomendação		oriu?	Observações
		NÃO	Observações
7.2.1.1 - A observância das disposições contidas no artigo 81 do PGC, fazendo constar nas decisões condenatórias de pessoa jurídica, além dos esclarecimentos acerca da importância do cumprimento das obrigações previdenciárias, da necessidade de envio de informações à Previdência Social, da possibilidade de parcelamento do débito junto à Secretaria da Receita Federal, bem como a determinação para que seja comprovada nos autos a entrega da GFIP e a advertência expressa de que o descumprimento da referida obrigação sujeitará o infrator à pena de multa e demais sanções administrativas nos termos do inciso II supracitado artigo (item 7.2.2 – 4 do Relatório de Correição);		X	
7.2.1.2 - A observância à RECOMENDAÇÃO Nº 4/2018 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, que dispõe acerca da prolação de decisões líquidas na fase de conhecimento, visando dar maior agilidade à fase de execução (item 7.2.2 – 6 do Relatório de Correição).		X	

7.3 – Constatações decorrentes da inspeção processual 7.3.1 – Vara do Trabalho de Palmeiras de Goiás

Item	- Vara do Trabalho de Palmeiras de Goiás Constatações
1	Nos processos a seguir relacionados, ARQUIVADOS DEFINITIVAMENTE, constatou-se que a Vara do Trabalho utiliza o Check List elaborado pela Secretaria-Geral de Coordenação Judiciária para o arquivamento dos processos, certificando a inexistência de pendências e indicando o prazo de guarda dos autos, conforme tabela de temporalidade, cumprindo o disposto no artigo 336 do PGC (processos: ATOrd-0010458-89.2019.5.18.0291; ATSum-0010749-21.2021.5.18.0291; ATSum-0010730-15.2021.5.18.0291; ATSum-0010272-66.2019.5.18.0291; ATOrd-0010184-28.2019.5.18.0291; ATOrd-0010696-45.2018.5.18.0291; ATSum-0010119-67.2018.5.18.0291; ATSum-0010581-53.2020.5.18.0291; ATSum-0011044-29.2019.5.18.0291 e ATOrd-011040-89.2019.5.18.0291).
2	Nos processos a seguir relacionados, ARQUIVADOS DEFINITIVAMENTE, constatou-se que a Secretaria da Vara do Trabalho lança no sistema PJe os valores decorrentes da execução, relativos a crédito trabalhista, recolhimentos previdenciários, custas e/ou outros efetivados nos autos, cumprindo o disposto no artigo 163 do PGC (processos: ATOrd-0010458-89.2019.5.18.0291; ATSum-0010749-21.2021.5.18.0291; ATSum-0010730-15.2021.5.18.0291; ATSum-0010272-66.2019.5.18.0291; ATOrd-0010184-28.2019.5.18.0291; ATOrd-0010696-45.2018.5.18.0291; ATSum-0010119-67.2018.5.18.0291; ATSum-0010581-53.2020.5.18.0291; ATSum-0011044-29.2019.5.18.0291 e ATOrd-011040-89.2019.5.18.0291).
3	Não foram encontrados processos suficientes na Vara do Trabalho, que constate a existência de saldo em depósitos judiciais vinculados aos processos ARQUIVADOS DEFINITIVAMENTE, atuando conforme procedimentos editados nos artigos 1º e 2º do Ato Conjunto CSJT.GP.CGJT nº 01/2019 e Provimento n° 01/2020-SCR/TRT18.
4	Nos processos a seguir relacionados, com sentenças proferidas, constatou-se que a Vara do Trabalho cumpre o disposto no inciso I do artigo 81 do PGC, uma vez que constam das decisões condenatórias de pessoas jurídicas, com valores a serem recolhidos a título de contribuição previdenciária, orientações acerca das obrigações acessórias, inclusive da necessidade de entrega da GFIP; TODAVIA, NÃO traz a advertência expressa de que o descumprimento da referida obrigação, sujeitará o infrator à pena de multa e demais sanções administrativas - mencionadas no inciso II do artigo 81 do supracitado provimento (processos: ATSum-0011000-39.2021.5.18.0291; ATSum-0011002-09.2021.5.18.0291; ATSum-0010636-67.2021.5.18.0291 e ATSum-0010759-02.2020.5.18.0291).
5	Nos processos a seguir relacionados, com sentenças proferidas, constatou-se que a Secretaria da Vara apresenta certidão de trânsito em julgado das sentenças proferidas, cumprindo o disposto no artigo 97 do PGC (processos: ATSum-0011000-39.2021.5.18.0291; ATSum-0011002-09.2021.5.18.0291; ATSum-0010636-67.2021.5.18.0291; ATSum-0010282-42.2021.5.18.0291 e ATSum-0010460-88.2021.5.18.0291).
6	Nos processos a seguir relacionados, com sentenças proferidas, constatou-se que, na Vara do Trabalho, são proferidas sentenças NÃO líquidas (processos: ATSum-0011000-39.2021.5.18.0291; ATSum-0011002-09.2021.5.18.0291; ATSum-0010636-67.2021.5.18.0291; ATSum-0010577-79.2021.5.18.0291; ATSum-0010759-02.2020.5.18.0291; ATSum-0010282-42.2021.5.18.0291 e ATSum-0010817-68.2021.5.18.0291).
7	Nos processos a seguir relacionados, em fase de CONHECIMENTO, constatou-se que a Secretaria da Vara juntou aos autos o documento emitido pelo site dos correios (rastreamento de postagem) que comprova o recebimento da notificação inicial pelo reclamado (processos: ATOrd-0010395-59.2022.5.18.0291 e ATOrd-0010396-44.2022.5.18.0291).

Cód. Autenticidade 400283510702

8	Nos processos a seguir relacionados, constatou-se que, nos ACORDOS HOMOLOGADOS pela Vara do Trabalho, são cumpridas as disposições dos artigos 76 e 81 do PGC, porquanto as atas/decisões homologatórias contêm as orientações acerca das obrigações previdenciárias, especialmente quanto à necessidade da entrega da GFIP, nos termos do art. 177 do mesmo diploma normativo (processos: ATOrd-0010881-78.2021.5.18.0291; ATSum-0010009-29.2022.5.18.0291; ATSum-0010375-05.2021.5.18.0291; HTE-0010995-17.2021.5.18.0291 e HTE-0010888-70.2021.5.18.0291).
9	Nos processos a seguir relacionados, em que houve CONCILIAÇÃO, constatou-se que a Secretaria da Vara lança corretamente, no sistema PJe, os valores dos acordos pagos, cumprindo o disposto no artigo 163 do PGC (processos: ATOrd-0010365-58.2021.5.18.0291; ATOrd-0010747-51.2021.5.18.0291; ATOrd-0010159-44.2021.5.18.0291; ATOrd-0010208-22.2020.5.18.0291; ATSum-0010909-46.2021.5.18.0291; ATOrd-0010881-78.2021.5.18.0291; ATSum-0010009-29.2022.5.18.0291; HTE-0010995-17.2021.5.18.0291 e HTE-0010888-70.2021.5.18.0291).
10	Nos processos a seguir relacionados, em que houve CONCILIAÇÃO, constatou-se a utilização de conta PARTICULAR para pagamento dos acordos homologados (processos: ATOrd-0010365-58.2021.5.18.0291; ATOrd-0010747-51.2021.5.18.0291; ATOrd-0010159-44.2021.5.18.0291; ATOrd-0010208-22.2020.5.18.0291; ATSum-0010909-46.2021.5.18.0291; ATOrd-0010881-78.2021.5.18.0291; ATSum-0010009-29.2022.5.18.0291; ATSum-0010375-05.2021.5.18.0291; HTE-0010995-17.2021.5.18.0291 e HTE-0010888-70.2021.5.18.0291).
11	Analisado o relatório gerado pelo sistema SAOPJE, em 10/11/2022, constatou-se que não há número considerável de processos parados nas tarefas do sistema PJe que caracterize atraso na movimentação processual da unidade.
	Consultando o PAINEL DE GESTÃO da Vara do Trabalho, no dia 10/11/2022, oriunda da ferramenta "HORUS 18"/Judicial/Painel de gestão/VT, CONSTATOU-SE a situação abaixo descrita, em relação ao tempo de permanência dos processos nas pastas de tarefas do sistema PJe da unidade correcionada:
	- Fase de conhecimento: pastas de tarefas dentro da *normalidade;
12	- Fase de liquidação: pasta de tarefa "cumprimento de providências" (13 processos acima da *normalidade); e
	- Fase de execução: pastas de tarefas dentro da *normalidade.
	*Normalidade estabelecida pela ferramenta "HORUS 18".
13	Nos processos a seguir relacionados, ARQUIVADOS PROVISORIAMENTE, constatou-se que a Vara do Trabalho, mediante decisão judicial, determina o arquivamento provisório dos autos no caso de omissão do exequente em informar diretrizes para prosseguimento da execução, nos termos do artigo 11-A da CLT (processos: ATSum-0010194-38.2020.5.18.0291, ATSum-0010297-79.2019.5.18.0291, ATSum-0010122-51.2020.5.18.0291 e ATOrd-0010717-21.2018.5.18.0291).
14	Nos processos a seguir relacionados, constatou-se que a Secretaria da Vara lança corretamente no sistema PJe o movimento "ARQUIVADOS OS AUTOS PROVISORIAMENTE", para fruição do prazo da prescrição intercorrente, cumprindo o disposto no artigo 49 do PGC (processos: ATSum-0010194-38.2020.5.18.0291, ATSum-0010297-79.2019.5.18.0291, ATSum-0010122-51.2020.5.18.0291 e ATOrd-0010717-21.2018.5.18.0291).

15	Nos processos a seguir relacionados, em fase de EXECUÇÃO PREVIDENCIÁRIA, constatou-se que a Secretaria da Vara expede ofício à Secretaria da Receita Federal, nos casos em que o reclamado não comprova nos autos o envio da GFIP, cumprindo o disposto no parágrafo 6º do artigo 177 do PGC (processos: ATSum-0010119-67.2018.5.18.0291; ATOrd-011040-89.2019.5.18.0291 e ATSum-0010440-97.2021.5.18.0291).
16	Nos processos a seguir relacionados, em fase de EXECUÇÃO PREVIDENCIÁRIA, constatou-se que a Secretaria da Vara lança no sistema PJe os valores referentes aos recolhimentos previdenciários e/ou às custas arrecadadas, cumprindo o disposto no artigo 163 do PGC (processos: ATSum-0010119-67.2018.5.18.0291; ATOrd-011040-89.2019.5.18.0291; ATSum-0010272-66.2019.5.18.0291; ATSum-0010440-97.2021.5.18.0291; ATSum-0010730-15.2021.5.18.0291 e ATOrd-0010184-28.2019.5.18.0291).
17	Nos processos a seguir relacionados, em fase de EXECUÇÃO PREVIDENCIÁRIA, constatou-se que a Vara do Trabalho observa o procedimento previsto no parágrafo 5º do artigo 177 do PGC, de intimar o reclamado, após o recolhimento da contribuição previdenciária em guia GPS, a comprovar o envio da respectiva GFIP, no prazo de 15 dias (processos: ATSum-0010119-67.2018.5.18.0291; ATOrd-011040-89.2019.5.18.0291; ATSum-0010272-66.2019.5.18.0291; ATSum-0010440-97.2021.5.18.0291 e ATOrd-0010184-28.2019.5.18.0291).
18	Nos processos a seguir relacionados, em fase de EXECUÇÃO TRABALHISTA, constatou-se que a Secretaria da Vara lança corretamente no sistema PJe o movimento referente ao início da execução, cumprindo o disposto no artigo 49 do PGC (processos: ATOrd-0010388-38.2020.5.18.0291, ATOrd-0010993-18.2019.5.18.0291, ATSum-0010863-91.2020.5.18.0291, ATOrd-0010132-95.2020.5.18.0291 e ATOrd-0010165-85.2020.5.18.0291).
19	Nos processos a seguir relacionados, em fase de EXECUÇÃO TRABALHISTA, constatou-se que a Vara do Trabalho utiliza os convênios BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e CNIB, além de outros meios de se encontrar bens do executado antes do arquivamento provisório dos autos (artigo 11-A da CLT), como, por exemplo, expedição de mandado de penhora e avaliação, cumprindo, portanto, o disposto na Recomendação TRT 18ª SCR 1/2020 (processos: ATSum-0010194-38.2020.5.18.0291, ATSum-0010297-79.2019.5.18.0291, ATSum-0010122-51.2020.5.18.0291 e ATOrd-0010717-21.2018.5.18.0291).
20	Nos processos a seguir relacionados, em fase de EXECUÇÃO TRABALHISTA, constatou-se que as partes são intimadas para manifestação acerca dos cálculos, cumprindo o disposto no artigo 879, § 2º, da CLT (processos: ATOrd-0010388-38.2020.5.18.0291, ATOrd-0010993-18.2019.5.18.0291, ATSum-0010863-91.2020.5.18.0291, ATOrd-0010132-95.2020.5.18.0291 e ATOrd-0010165-85.2020.5.18.0291).
21	Nos processos a seguir relacionados, em fase de EXECUÇÃO TRABALHISTA, constatou-se que a Vara do Trabalho INICIA a execução de ofício (processos: ATOrd-0010388-38.2020.5.18.0291, ATOrd-0010993-18.2019.5.18.0291, ATSum-0010863-91.2020.5.18.0291, ATOrd-0010132-95.2020.5.18.0291 e ATOrd-0010165-85.2020.5.18.0291).
22	Nos processos a seguir relacionados, em fase de EXECUÇÃO TRABALHISTA, constatou-se que a Vara procede à CITAÇÃO do executado, via diário de justiça eletrônico, na pessoa de seu procurador, a pagar ou garantir a execução no prazo de 48 horas (processos: ATOrd-0010388-38.2020.5.18.0291, ATOrd-0010993-18.2019.5.18.0291, ATSum-0010863-91.2020.5.18.0291, ATOrd-0010132-95.2020.5.18.0291 e ATOrd-0010165-85.2020.5.18.0291).

23	Não foram encontrados processos suficientes, dentro do período correicionado, que pudessem caracterizar o descumprimento ao artigo 346 do Provimento Geral Consolidado da 18ª Região, no que tange à Unidade Judiciária correicionada.
24	Nos processos a seguir relacionados, REMETIDOS AO TRT com RO, constatou-se que a Secretaria da Vara lança no sistema PJe o valor das custas arrecadadas nos recursos ordinários interpostos, cumprindo assim o disposto no artigo 163 do PGC (processos: ATSum 0010334-72.2020.5.18.0291; ATSum 0010610-69.2021.5.18.0291; ATSum 0010913-54.2019.5.18.0291; ATSum 0010875-42.2019.5.18.0291; ATSum 0010876-27.2019.5.18.0291 e ATOrd 0010756-81.2019.5.18.0291)
25	Nos processos a seguir relacionados, REMETIDOS AO TRT com RO, constatou-se que a Secretaria da Vara lança corretamente, no sistema PJe, o movimento de recebimento do recurso, cumprindo o disposto no artigo 49 do PGC (processos: ATSum 0010334-72.2020.5.18.0291; ATSum 0010610-69.2021.5.18.0291; ATSum 0010913-54.2019.5.18.0291; ATSum 0010876-27.2019.5.18.0291 e ATOrd 0010756-81.2019.5.18.0291)
26	Nos processos a seguir relacionados, REMETIDOS AO TRT com RO, constatou-se que o Juiz analisa os pressupostos recursais, admitindo os recursos de forma explícita, nos despachos de admissibilidade e envio dos autos ao Tribunal (processos: ATSum 0010334-72.2020.5.18.0291; ATSum 0010610-69.2021.5.18.0291; ATSum 0010913-54.2019.5.18.0291; ATSum 0010876-27.2019.5.18.0291 e ATOrd 0010756-81.2019.5.18.0291)
27	Nos processos a seguir relacionados, REMETIDOS AO TRT com RO, constatou-se que a Vara do Trabalho usa certidão de remessa indicando o rito adotado, o juiz prolator da sentença e os feriados do período, nos casos de envio dos autos ao Tribunal para apreciação de recursos, cumprindo o disposto no artigo 128 do PGC (processos: ATSum 0010334-72.2020.5.18.0291; ATSum 0010610-69.2021.5.18.0291; ATSum 0010913-54.2019.5.18.0291; ATSum 0010875-42.2019.5.18.0291; ATSum 0010876-27.2019.5.18.0291 e ATOrd 0010756-81.2019.5.18.0291)
28	Nos processos a seguir relacionados, REMETIDOS AO TRT com AP, constatou-se que o Juiz analisa os pressupostos recursais, admitindo o recebimento dos recursos de forma explícita, nos despachos de admissibilidade e envio dos autos ao Tribunal (processos: ATOrd 0010608-38.2016.5.18.0271; ATOrd 0010830-38.2019.5.18.0291 e ATOrd 0010709-10.2019.5.18.0291)
29	Nos processos a seguir relacionados, REMETIDOS AO TRT com AP, constatou-se que a Secretaria da Vara lança corretamente, no sistema PJe, o movimento de recebimento do recurso, cumprindo o disposto no artigo 49 do PGC (processos: ATOrd 0010608-38.2016.5.18.0271; ATOrd 0010830-38.2019.5.18.0291 e ATOrd 0010709-10.2019.5.18.0291)
30	Nos processos a seguir relacionados, REMETIDOS AO TRT com AP, constatou-se que a Vara do Trabalho usa certidão de remessa indicando o rito adotado, o juiz prolator da sentença bem como os feriados do período, nos casos de envio dos autos ao Tribunal para apreciação de recursos, cumprindo assim o disposto no artigo 128 do PGC (processos: ATOrd 0010608-38.2016.5.18.0271 e ATOrd 0010709-10.2019.5.18.0291)
31	Verificando o relatório constante do sistema SAOPJE, no que pertine à Vara do Trabalho de Palmeiras de Goiás, tendo como parâmetro os últimos 100 dias, constatou-se que a unidade LANÇA no sistema informatizado a movimentação processual referente à devolução da carta precatória ao Juízo deprecante, não resultando, assim, em pendência no sistema e-Gestão.

Nos processos a seguir, com INSTRUÇÃO ENCERRADA, relacionados na data 25/11/2022, CONSTATOU-SE que, após a última audiência, a unidade correicionada realizou, no sistema PJe, o movimento de Conclusos os autos para julgamento Proferir sentença, SEM a ocorrência de ATRASO injustificado da Secretaria da Vara do Trabalho no referido ato de REMESSA dos autos à 32 conclusão para a prolação da sentença, CUMPRINDO o disposto no artigo 228 do CPC - aplicado subsidiariamente ao Processo do Trabalho (processos: ATSum-0010651-36.2021.5.18.0291; ATSum-0010911-16.2021.5.18.0291; ATSum-0010755-28.2021.5.18.0291; ATSum-0010412-95.2022.5.18.0291; ATSum-0010479-94.2021.5.18.0291; ATSum-0010646-48.2020.5.18.0291 e ATOrd-0010679-38.2020.5.18.0291). Nos processos a seguir relacionados, analisados por amostragem, verificou-se que a Secretaria 33 foi de 02 (dois) dias (processos:

da Vara procede ao cumprimento dos atos processuais, contidos no despacho, no prazo disposto no artigo 228 do CPC - aplicado subsidiariamente ao Processo do Trabalho. O prazo constatado 0010260-47.2022.5.18.0291, 0010368-76.2022.5.18.0291, 0010551-81.2021.5.18.0291, 0010545-11.2020.5.18.0291, 0010806-73.2020.5.18.0291, 0010573-08.2022.5.18.0291. 0010328-94.2022.5.18.0291, 0010804-69.2021.5.18.0291, 0010804-69.2021.5.18.0291 e 0010574-90.2022.5.18.0291).

No processo a seguir relacionado, com executado em RECUPERAÇÃO JUDICIAL, constatou-se gue a Secretaria da Vara NÃO EXPEDE Certidão INDIVIDUALIZADA para habilitação do CRÉDITO TRABALHISTA no Juízo da Recuperação Judicial, DESCUMPRINDO o disposto no artigo 6º, §§ 7-B e 11 da Lei 14.112/2020 e a orientação contida no OFÍCIO CIRCULAR TST.GP № 151 e OFÍCIO-CIRCULAR TRT 18ª SGJ № 018/2021 (processo: ATOrd-0010658-62.2020.5.18.0291).

No processo a seguir relacionado, com executado em RECUPERAÇÃO JUDICIAL, constatou-se que a Secretaria da Vara LANÇOU no sistema informatizado PJe o movimento de ARQUIVO PROVISÓRIO após expedição da certidão de crédito para habilitação no Juízo da Recuperação Judicial, DESCUMPRINDO o disposto no artigo 6º, §§ 7-B e 11 da Lei 14.112/2020 e a orientação contida no OFÍCIO CIRCULAR TST.GP Nº 151 e OFÍCIO-CIRCULAR TRT 18ª SGJ Nº 018/2021 (processo: ATOrd-0010658-62.2020.5.18.0291).

35

7.3 – Constatações decorrentes da inspeção processual 7.3.2 – Posto Avançado de Pires do Rio

Item	- Posto Avançado de Pires do Rio Constatações
1	Nos processos a seguir relacionados, ARQUIVADOS DEFINITIVAMENTE, constatou-se que o Posto utiliza Check List elaborado pela Secretaria-Geral de Coordenação Judiciária para o arquivamento dos processos, certificando a inexistência de pendências e indicando o prazo de guarda dos autos, conforme tabela de temporalidade, cumprindo o disposto no artigo 336 do PGC (processos: ATSum-0010332-68.2021.5.18.0291; HTE-0010929-37.2021.5.18.0291; ATSum-0010538-84.2017.5.18.0271; ATSum-0010296-28.2017.5.18.0271; ATSum-0010043-09.2019.5.18.0291; ATSum-0010504-10.2021.5.18.0291; ATSum-0010393-26.2021.5.18.0291; ATSum-0010223-88.2020.5.18.0291; ATOrd-0010087-59.2017.5.18.0271 e ATOrd-0010355-14.2021.5.18.0291).
2	Nos processos a seguir relacionados, ARQUIVADOS DEFINITIVAMENTE, constatou-se que a Secretaria do Posto lança no sistema PJe os valores decorrentes da execução, relativos a crédito trabalhista, recolhimentos previdenciários, custas e/ou outros efetivados nos autos, cumprindo o disposto no artigo 163 do PGC (processos: ATSum-0010332-68.2021.5.18.0291; HTE-0010929-37.2021.5.18.0291; ATSum-0010538-84.2017.5.18.0271; ATOrd-0010296-28.2017.5.18.0271; ATSum-0010043-09.2019.5.18.0291; ATSum-0010504-10.2021.5.18.0291; ATSum-0010393-26.2021.5.18.0291; ATSum-0010223-88.2020.5.18.0291; ATOrd-0010087-59.2017.5.18.0271 e ATOrd-0010355-14.2021.5.18.0291).
3	Não foram encontrados processos no Posto Avançado de Pires do Rio, que constate a existência de saldo em depósitos judiciais vinculados aos processos ARQUIVADOS DEFINITIVAMENTE, atuando conforme procedimentos editados nos artigos 1º e 2º do Ato Conjunto CSJT.GP.CGJT nº 01/2019 e Provimento n° 01/2020-SCR/TRT18.
4	Nos processos a seguir relacionados, com sentenças proferidas, constatou-se que a Vara do Trabalho cumpre o disposto no inciso I do artigo 81 do PGC, uma vez que constam das decisões condenatórias de pessoas jurídicas, com valores a serem recolhidos a título de contribuição previdenciária, orientações acerca das obrigações acessórias, inclusive da necessidade de entrega da GFIP, TODAVIA, NÃO traz a advertência expressa de que o descumprimento da referida obrigação, sujeitará o infrator à pena de multa e demais sanções administrativas - mencionadas no inciso II do artigo 81 do supracitado provimento (processos: ATSum-0010009-97.2020.5.18.0291; ATSum-0010947-58.2021.5.18.0291; ATOrd-0010887-85.2021.5.18.0291; ATSum-0010416-35.2022.5.18.0291; ATOrd-0010481-64.2021.5.18.0291 e ATSum-0010829-19.2020.5.18.0291).
5	Nos processos a seguir relacionados, com sentenças proferidas, constatou-se que a Secretaria da Vara apresenta certidão de trânsito em julgado das sentenças proferidas, cumprindo o disposto no artigo 97 do PGC (processos: ATSum-0010028-35.2022.5.18.0291; ATSum-0010009-97.2020.5.18.0291; ATSum-0010947-58.2021.5.18.0291; ATOrd-0010887-85.2021.5.18.0291; ATSum-0010416-35.2022.5.18.0291 e ATOrd-0010481-64.2021.5.18.0291).
6	Nos processos a seguir relacionados, com sentenças proferidas, constatou-se que, na Vara do Trabalho, são proferidas sentenças NÃO líquidas (processos: ATSum-0010028-35.2022.5.18.0291; ATSum-0010009-97.2020.5.18.0291; ATSum-0010947-58.2021.5.18.0291; ATOrd-0010887-85.2021.5.18.0291; ATSum-0010416-35.2022.5.18.0291; ATOrd-0010481-64.2021.5.18.0291 e ATSum-0010829-19.2020.5.18.0291).

7	Nos processos a seguir relacionados, em fase de CONHECIMENTO, constatou-se que a Secretaria do Posto Avançado juntou aos autos o documento emitido pelo site dos correios (rastreamento de postagem) que comprova o recebimento da notificação inicial pelo reclamado (processos: ATOrd-0010334-04.2022.5.18.0291; ATOrd-0010344-48.2022.5.18.0291; ATOrd-0010409-43.2022.5.18.0291; ATOrd-0010410-28.2022.5.18.0291; ATOrd-0010453-62.2022.5.18.0291; ATOrd-0010511-65.2022.5.18.0291 e ATOrd-0010525-49.2022.5.18.0291).
8	Nos processos a seguir relacionados, constatou-se que, nos ACORDOS HOMOLOGADOS pelo Posto, são cumpridas as disposições dos artigos 76 e 81 do PGC, porquanto as atas/decisões homologatórias contêm as orientações acerca das obrigações previdenciárias, especialmente quanto à necessidade da entrega da GFIP, nos termos do art. 177 do mesmo diploma normativo (processos: HTE-0010272-61.2022.5.18.0291; HTE-0010233-64.2022.5.18.0291; HTE-0010923-30.2021.5.18.0291 e ATOrd-0010924-15.2021.5.18.0291).
9	Nos processos a seguir relacionados, em que houve CONCILIAÇÃO, constatou-se que a Secretaria do Posto lança corretamente, no sistema PJe, os valores dos acordos pagos, cumprindo o disposto no artigo 163 do PGC (processos: HTE-0010272-61.2022.5.18.0291; HTE-0010233-64.2022.5.18.0291; HTE-0010923-30.2021.5.18.0291; ATOrd-0010084-68.2022.5.18.0291; ATSum-0010322-87.2022.5.18.0291; ATOrd-0010547-44.2021.5.18.0291; ATSum-0010948-43.2021.5.18.0291; ATSum-0010152-18.2022.5.18.0291 e ATSum-0010314-13.2022.5.18.0291).
10	Nos processos a seguir relacionados, em que houve CONCILIAÇÃO, constatou-se a utilização de conta PARTICULAR para pagamento dos acordos homologados (processos: HTE-0010272-61.2022.5.18.0291; HTE-0010233-64.2022.5.18.0291; HTE-0010923-30.2021.5.18.0291; ATOrd-0010924-15.2021.5.18.0291; ATSum-0010084-68.2022.5.18.0291; ATSum-0010322-87.2022.5.18.0291; ATOrd-0010547-44.2021.5.18.0291; ATSum-0010948-43.2021.5.18.0291; ATSum-0010152-18.2022.5.18.0291 e ATSum-0010314-13.2022.5.18.0291).
11	Analisado o relatório gerado pelo sistema SAOPJE, em 10/11/2022, constatou-se que não há número considerável de processos parados nas tarefas do sistema PJe que caracterize atraso na movimentação processual da unidade.
12	Nos processos a seguir relacionados, ARQUIVADOS PROVISORIAMENTE, constatou-se que a Vara do Trabalho, mediante decisão judicial, determina o arquivamento provisório dos autos no caso de omissão do exequente em informar diretrizes para prosseguimento da execução, nos termos do artigo 11-A da CLT (processos: ATOrd-0010468-36.2019.5.18.0291, ATSum-0010282-76.2020.5.18.0291, ATOrd-0010771-50.2019.5.18.0291 e ATOrd-0010465-81.2019.5.18.0291).
13	Nos processos a seguir relacionados, constatou-se que a Secretaria da Vara lança corretamente no sistema PJe o movimento "ARQUIVADOS OS AUTOS PROVISORIAMENTE", para fruição do prazo da prescrição intercorrente, cumprindo o disposto no artigo 49 do PGC (processos: ATOrd-0010468-36.2019.5.18.0291, ATSum-0010282-76.2020.5.18.0291, ATOrd-0010771-50.2019.5.18.0291 e ATOrd-0010465-81.2019.5.18.0291).

14	Nos processos a seguir relacionados, em fase de EXECUÇÃO PREVIDENCIÁRIA, constatou-se que a Secretaria do Posto Avançado de Pires do Rio expede ofício à Secretaria da Receita Federal, nos casos em que o reclamado não comprova nos autos o envio da GFIP, cumprindo o disposto no parágrafo 6º do artigo 177 do PGC (processos: ATSum-0010332-68.2021.5.18.0291; ATSum-0010538-84.2017.5.18.0271; ATSum-0010043-09.2019.5.18.0291; ATSum-0010504-10.2021.5.18.0291; ATSum-0010223-88.2020.5.18.0291 e ATOrd-0010355-14.2021.5.18.0291).
15	Nos processos a seguir relacionados, em fase de EXECUÇÃO PREVIDENCIÁRIA, constatou-se que a Secretaria do Posto Avançado de Pires do Rio lança no sistema PJe os valores referentes aos recolhimentos previdenciários e/ou às custas arrecadadas, cumprindo o disposto no artigo 163 do PGC (processos: ATSum-0010332-68.2021.5.18.0291; ATSum-0010538-84.2017.5.18.0271; ATSum-0010043-09.2019.5.18.0291; ATSum-0010504-10.2021.5.18.0291; ATSum-0010223-88.2020.5.18.0291 e ATOrd-0010355-14.2021.5.18.0291).
16	Nos processos a seguir relacionados, em fase de EXECUÇÃO PREVIDENCIÁRIA, constatou-se que o Posto Avançado de Pires do Rio observa o procedimento previsto no parágrafo 5º do artigo 177 do PGC, de intimar o reclamado, após o recolhimento da contribuição previdenciária em guia GPS, a comprovar o envio da respectiva GFIP, no prazo de 15 dias (processos: ATSum-0010332-68.2021.5.18.0291; ATSum-0010538-84.2017.5.18.0271; ATSum-0010043-09.2019.5.18.0291; ATSum-0010504-10.2021.5.18.0291; ATSum-0010223-88.2020.5.18.0291 e ATOrd-0010355-14.2021.5.18.0291).
17	Nos processos a seguir relacionados constatou-se que o Posto Avançado de Pires do Rio, nos casos em que há depósito do valor da execução em conta judicial, recolhe a contribuição previdenciária em guia GPS com o código de pagamento 1708, em DESCONFORMIDADE com o procedimento previsto no parágrafo 5º do artigo 177 do PGC (processos: ATSum-0010043-09.2019.5.18.0291; ATSum-0010504-10.2021.5.18.0291; ATSum-0010223-88.2020.5.18.0291 e ATOrd-0010355-14.2021.5.18.0291).
18	Nos processos a seguir relacionados, em fase de EXECUÇÃO TRABALHISTA, constatou-se que a Secretaria da Vara lança corretamente no sistema PJe o movimento referente ao início da execução, cumprindo o disposto no artigo 49 do PGC (processos: ATSum-0010738-26.2020.5.18.0291, ATOrd-0010668-43.2019.5.18.0291, ATSum-0010829-19.2020.5.18.0291, ATOrd-0010442-04.2020.5.18.0291 e ATOrd-0010449-59.2021.5.18.0291).
19	Nos processos a seguir relacionados, em fase de EXECUÇÃO TRABALHISTA, constatou-se que a Vara do Trabalho utiliza os convênios BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e CNIB, além de outros meios de se encontrar bens do executado antes do arquivamento provisório dos autos (artigo 11-A da CLT), como, por exemplo, expedição de mandado de penhora e avaliação, cumprindo, portanto, o disposto na Recomendação TRT 18ª SCR 1/2020 (processos: ATOrd-0010468-36.2019.5.18.0291, ATSum-0010282-76.2020.5.18.0291, ATOrd-0010771-50.2019.5.18.0291 e ATOrd-0010465-81.2019.5.18.0291).
20	Nos processos a seguir relacionados, em fase de EXECUÇÃO TRABALHISTA, constatou-se que as partes são intimadas para manifestação acerca dos cálculos, cumprindo o disposto no artigo 879, § 2º, da CLT (processos: ATSum-0010738-26.2020.5.18.0291, ATOrd-0010668-43.2019.5.18.0291, ATSum-0010829-19.2020.5.18.0291, ATOrd-0010442-04.2020.5.18.0291 e ATOrd-0010449-59.2021.5.18.0291).

21	Nos processos a seguir relacionados, em fase de EXECUÇÃO TRABALHISTA, constatou-se que a Vara do Trabalho não inicia a execução de ofício (processos: ATSum-0010738-26.2020.5.18.0291, ATOrd-0010668-43.2019.5.18.0291, ATSum-0010829-19.2020.5.18.0291, ATOrd-0010442-04.2020.5.18.0291 e ATOrd-0010449-59.2021.5.18.0291).
22	Nos processos a seguir relacionados, em fase de EXECUÇÃO TRABALHISTA, constatou-se que a Vara procede à CITAÇÃO do executado, via diário de justiça eletrônico, na pessoa de seu procurador, a pagar ou garantir a execução no prazo de 48 horas (processos: ATSum-0010738-26.2020.5.18.0291, ATOrd-0010668-43.2019.5.18.0291, ATSum-0010829-19.2020.5.18.0291, ATOrd-0010442-04.2020.5.18.0291 e ATOrd-0010449-59.2021.5.18.0291).
23	Não foram encontrados processos suficientes, dentro do período correicionado, que pudessem caracterizar o descumprimento ao artigo 346 do Provimento Geral Consolidado da 18ª Região, no que tange à Unidade Judiciária correicionada.
24	Nos processos a seguir relacionados, REMETIDOS AO TRT com RO, constatou-se que a Secretaria da Vara lança no sistema PJe o valor das custas arrecadadas nos recursos ordinários interpostos, cumprindo assim o disposto no artigo 163 do PGC (processos: ATOrd 0010378-28.2019.5.18.0291; ATOrd 0010662-36.2019.5.18.0291; ATOrd 0010019-10.2021.5.18.0291 e ATSum 0010120-81.2020.5.18.0291)
25	Nos processos a seguir relacionados, REMETIDOS AO TRT com RO, constatou-se que a Secretaria da Vara lança corretamente, no sistema PJe, o movimento de recebimento do recurso, cumprindo o disposto no artigo 49 do PGC (processos: ATOrd 0010378-28.2019.5.18.0291; ATOrd 0010662-36.2019.5.18.0291; ATOrd 0010870-54.2018.5.18.0291; ATOrd 0010019-10.2021.5.18.0291 e ATSum 0010120-81.2020.5.18.0291)
26	Nos processos a seguir relacionados, REMETIDOS AO TRT com RO, constatou-se que o Juiz analisa os pressupostos recursais, admitindo os recursos de forma explícita, nos despachos de admissibilidade e envio dos autos ao Tribunal (processos: ATOrd 0010378-28.2019.5.18.0291; ATOrd 0010662-36.2019.5.18.0291; ATOrd 0010870-54.2018.5.18.0291; ATOrd 0010019-10.2021.5.18.0291 e ATSum 0010120-81.2020.5.18.0291)
27	Nos processos a seguir relacionados, REMETIDOS AO TRT com RO, constatou-se que a Vara do Trabalho usa certidão de remessa indicando o rito adotado, o juiz prolator da sentença e os feriados do período, nos casos de envio dos autos ao Tribunal para apreciação de recursos, cumprindo o disposto no artigo 128 do PGC (processos: ATOrd 0010378-28.2019.5.18.0291; ATOrd 0010662-36.2019.5.18.0291; ATOrd 0010870-54.2018.5.18.0291; ATOrd 0010019-10.2021.5.18.0291 e ATSum 0010120-81.2020.5.18.0291)
28	Nos processos a seguir relacionados, REMETIDOS AO TRT com AP, constatou-se que o Juiz analisa os pressupostos recursais, admitindo o recebimento dos recursos de forma explícita, nos despachos de admissibilidade e envio dos autos ao Tribunal (processos: ATOrd 0010561-30.2017.5.18.0271; ATOrd 0010348-58.2016.5.18.0271; ATOrd 0010201-61.2018.5.18.0271 e ATAIc 0010399-33.2021.5.18.0291)

29	Nos processos a seguir relacionados, REMETIDOS AO TRT com AP, constatou-se que a Secretaria da Vara lança corretamente, no sistema PJe, o movimento de recebimento do recurso, cumprindo o disposto no artigo 49 do PGC (processos: ATOrd 0010561-30.2017.5.18.0271; ATOrd 0010348-58.2016.5.18.0271; ATOrd 0010201-61.2018.5.18.0271 e ATAlc 0010399-33.2021.5.18.0291)
30	Nos processos a seguir relacionados, REMETIDOS AO TRT com AP, constatou-se que a Vara do Trabalho usa certidão de remessa indicando o rito adotado, o juiz prolator da sentença bem como os feriados do período, nos casos de envio dos autos ao Tribunal para apreciação de recursos, cumprindo assim o disposto no artigo 128 do PGC (processos: ATOrd 0010561-30.2017.5.18.0271; ATOrd 0010201-61.2018.5.18.0271 e ATAlc 0010399-33.2021.5.18.0291)
31	Verificando o relatório constante do sistema SAOPJE, no que pertine ao PAJT de Pires do Rio, tendo como parâmetro os últimos 100 dias, constatou-se que a unidade LANÇA no sistema informatizado a movimentação processual referente à devolução da carta precatória ao Juízo deprecante, não resultando, assim, em pendência no sistema e-Gestão.
32	Nos processos a seguir, com INSTRUÇÃO ENCERRADA, relacionados na data 17/11/2022 CONSTATOU-SE que, após a última audiência, a unidade correicionada realizou, no sistema PJe, o movimento de Conclusos os autos para julgamento Proferir sentença, SEM a ocorrência de ATRASO injustificado da Secretaria da Vara do Trabalho no referido ato de REMESSA dos autos à conclusão para a prolação da sentença, CUMPRINDO o disposto no artigo 228 do CPC - aplicado subsidiariamente ao Processo do Trabalho (processos: ATSum-0010345-67.2021.5.18.0291; ATSum-0010028-35.2022.5.18.0291; ATOrd-0010887-85.2021.5.18.0291 e ATOrd-0010875-08.2020.5.18.0291).
33	Nos processos a seguir relacionados, com executados em RECUPERAÇÃO JUDICIAL, constatouse que a Secretaria da Vara NÃO EXPEDE Certidão INDIVIDUALIZADA para habilitação do CRÉDITO TRABALHISTA no Juízo da Recuperação Judicial, DESCUMPRINDO o disposto no artigo 6°, §§ 7-B e 11 da Lei 14.112/2020 e a orientação contida no OFÍCIO CIRCULAR TST.GP N° 151 e OFÍCIO-CIRCULAR TRT 18° SGJ N° 018/2021 (processos: ATOrd-0010446-43.2016.5.18.0271, ATSum-0010370-17.2020.5.18.0291 e ATOrd-0010150-26.2013.5.18.0271).
34	Nos processos a seguir relacionados, com executados em RECUPERAÇÃO JUDICIAL, constatouse que a Secretaria da Vara LANÇOU no sistema informatizado PJe o movimento de ARQUIVO PROVISÓRIO após expedição da certidão de crédito para habilitação no Juízo da Recuperação Judicial, DESCUMPRINDO o disposto no artigo 6º, §§ 7-B e 11 da Lei 14.112/2020 e a orientação contida no OFÍCIO CIRCULAR TST.GP Nº 151 e OFÍCIO-CIRCULAR TRT 18ª SGJ Nº 018/2021 (processos: ATOrd-0010446-43.2016.5.18.0271, ATSum-0010370-17.2020.5.18.0291 e ATOrd-0010150-26.2013.5.18.0271).